

**O FUTURO DO ESTADO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE:
QUESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ATÉ 2035**

Raphael Camargo Lima

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

Maurício Pinheiro Fleury Curado

Coordenador do Núcleo de Cenários e Estudos Prospectivos (Nucen) na Dinte/Ipea.

Este trabalho tem o objetivo de iniciar um novo ciclo de debates sobre o planejamento de longo prazo no Brasil e contribuir para a formulação de políticas públicas, difundindo a metodologia da prospectiva estratégica e aplicando-a na análise de um conjunto de temas atinentes ao Estado e à sociedade, como: *i)* organização do aparelho estatal; *ii)* sistema regulatório e relações Estado-mercado; *iii)* relações federativas; *iv)* planejamento governamental; *v)* sistema político e eleitoral; *vi)* participação social; *vii)* políticas públicas para minorias; e *viii)* sistema político e eleitoral.

O texto insere-se no contexto mais amplo do projeto Brasil 2035, um esforço coordenado pelo Ipea em parceria com outras 28 instituições da Academia, do setor público e da economia real, cujo objetivo foi gerar subsídios à formulação de estratégias de desenvolvimento do Brasil a partir da construção de cenários prospectivos para desenvolvimento nacional entre 2016 e 2035. Portanto, ele tem o foco de apresentar os resultados preliminares da aplicação da prospectiva estratégica aos temas supracitados, debater questões fundamentais ao desenvolvimento nacional relacionadas ao Estado e à sociedade e difundir a importância dos estudos prospectivos para a formulação de políticas públicas e de estratégias de longo prazo.

A análise foi empreendida a partir de um modelo-síntese que mescla as mais tradicionais metodologias da prospectiva estratégica – de Godet (1993), Schwartz (1996) e Porter (1992) –, e o foco do trabalho recaiu sobre uma das etapas essenciais ao processo de cenarização: a análise retrospectiva e da situação atual. Foram identificadas seis tendências de peso, entendidas como variáveis cujo comportamento passado e presente já permitem dizer que estão plenamente consolidadas

para que possamos assumir sua continuidade no futuro, e sete incertezas, compreendidas enquanto variáveis cujo comportamento futuro é absolutamente incerto e tem o potencial de transformar os rumos do objeto analisado. O cotejamento desse material permitiu que se chegasse a uma reflexão sobre a temática até 2035.

Concluiu-se que a formulação de estratégias e de políticas públicas para as próximas décadas deve considerar um processo de transição inerente à estrutura do próprio Estado e às dinâmicas entre Estado e sociedade civil. Entende-se que as principais mudanças provêm de duas forças com amplo potencial transformador: *i)* o papel das tecnologias da informação e comunicação nos processos estatais e na mudança de hábitos e das relações sociais; e *ii)* a emergência de uma agenda global de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A mudança efetuada pelo avanço das tecnologias da informação e a convergência tecnológica aliada ao aumento de mecanismos de transparência e *accountability* são uma dinâmica com potencial de afetar a organização do Estado, a demanda por políticas públicas e, principalmente, o caráter das mobilizações sociais. Espera-se, portanto, uma intensificação na participação social, que se expandirá além dos mecanismos tradicionais e institucionais. Este processo irá pressionar a organização tradicional do Estado e a maneira como provê respostas em termos de políticas públicas nas próximas décadas. As manifestações recentes desde 2013 ilustram o potencial e a capacidade de mobilização resultante do avanço tecnológico; e agendas muito diversas, além de uma população que rapidamente se organiza em torno de uma multiplicidade de questões, podem ser a marca da atuação política da sociedade civil até 2035.

Como consequência, depreende-se que a dinâmica entre o funcionamento do Estado e a sua capacidade de planejamento de longo prazo e atuação interinstitucional será determinante. Gradualmente, o processo de convergência tecnológica demandará que as políticas públicas sejam tratadas de maneira cada vez mais holística, não sendo restritas ao universo de um ministério ou um setor governamental. As políticas e os serviços públicos têm, portanto, tornado-se gradualmente mais complexos, exigindo uma capacidade estatal interinstitucional e interfederativa significativa. Todavia, historicamente, o governo brasileiro tem tido uma efetividade mediana no provimento de políticas públicas e na relação entre seus três níveis da federação.

Desse modo, ao passo que as tecnologias avançam e transformam a demanda social, a fiscalização do setor público e a transparência dos governos, emerge uma contradição que dificilmente será equalizada. De um lado, há um Estado com servidores gradualmente mais profissionais e com difícil capacidade de planejamento de médio-longo prazo e atuação interinstitucional. De outro, a convergência tecnológica altera a forma como as políticas públicas serão realizadas.

Por fim, entende-se também a influência que a agenda de desenvolvimento sustentável, em sua interação entre demandas dos ambientes doméstico e internacional, terá sobre o processo de desenvolvimento nacional. Nas últimas décadas, o tema foi gradualmente ganhando espaço nas políticas públicas e na agenda social, ainda que hajam mudanças de legislação que coloquem esse avanço em questão. A forma como a sociedade civil, que tem se organizado de maneira mais significativa; o Estado, que terá uma capacidade limitada de acatar as novas demandas; e as relações internacionais, que darão cada vez mais espaço para a agenda de meio ambiente e mudanças climáticas, interagirão até 2035 definirá a influência da questão sobre o desenvolvimento nacional. Esta será a segunda grande força com potencial transformador para a organização do Estado, as políticas públicas e a atuação da sociedade civil.

Em vias de conclusão, com este trabalho, espera-se iniciar um novo debate sobre o longo prazo, reforçando a importância dos estudos prospectivos na formulação de estratégias e políticas públicas. A análise retrospectiva e as interações entre as variáveis expostas permitem

ilustrar a riqueza proveniente da prospectiva estratégica. Ainda que haja fragilidades inerentes a qualquer método que se proponha a estudar o futuro, entende-se que os estudos prospectivos oferecem uma visão sistêmica, uma capacidade de identificar problemas e de pensar futuros alternativos pouco realizada por outros métodos. Em um mundo de rápidas transformações, a habilidade de antecipação e reflexão estratégica é fundamental para o desenvolvimento nacional. Difundir esta reflexão será o papel principal deste texto.

REFERÊNCIAS

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SCHWARTZ, P. **The art of long view**: planning the future in an uncertain world. New York: Doubleday, 1996.